

**AS MÚLTIPLAS FORMAS DE OPRESSÃO E DOMINAÇÃO  
IMPOSTAS ÀS MULHERES NEGRAS E O DIREITO  
À AUTORREPRESENTAÇÃO**

***THE MULTIPLE FORMS OF OPPRESSION AND DOMINATION  
IMPOSED ON BLACK WOMEN AND THE RIGHT TO SELF-  
REPRESENTATION***

Suzane Carvalho Domingos<sup>1</sup>

**RESUMO**

As mulheres são um grupo social marcado por trajetórias discriminatórias no Brasil e em diversas partes do mundo. Se for analisado pelo viés interseccional, pode-se inferir que fatores como raça e classe constituem formas de opressão que colocam mulheres negras em situação de vulnerabilidade social, sendo posicionada nos estratos mais baixos de hierarquia social. A cosmovisão social segregadora estimulou e naturalizou os atributos e capacidades da mulher negra vinculada à servidão, diante disso, elementos como a economia, a linguagem e a cultura, reforçam padrões de dominação masculina e hierarquização dentro da própria categoria de gênero. As relações sociais têm se fundamentado em práticas que perpetuam as desigualdades, em razão disto, este ensaio resgata a ativista Ana Júlia Cooper quando afirma que o direito a autorrepresentação e participação em movimentos políticos é condição essencial para a superação do servilismo, de objetificação, rompendo assim com as múltiplas formas de opressão e dominação sobre as mulheres pretas e pardas.

**Palavras-chaves:** Mulheres negras; opressão; autorrepresentação.

**ABSTRACT**

*Women are a social group marked by discriminatory trajectories in Brazil and various parts of the world. When analyzed through an intersectional lens, it can be inferred that factors such as race and class constitute forms of oppression that place Black women in situations of social vulnerability, positioning them in the lower strata of social hierarchy. The segregating social worldview has stimulated and normalized attributes and capacities associated with Black women in servitude. In light of this, elements such as the economy, language, and culture reinforce patterns of male domination and hierarchization within the gender category itself. Social relations have been grounded in practices that perpetuate inequalities; therefore, this essay draws on the insights of activist Ana Júlia Cooper, who asserts that the right to self-representation and participation in political movements is an*

---

<sup>1</sup> Graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande – UFRG. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). e-mail: [suzanedomingos@hotmail.com](mailto:suzanedomingos@hotmail.com).

*essential condition for overcoming servility and objectification, thereby breaking free from multiple forms of oppression and domination over Black and Brown women.*

**Keywords:** *Black women; oppression; self-representation.*

## INTRODUÇÃO

Este ensaio pretende discutir a situação de dominação e opressão sofridas por mulheres ao longo dos séculos na sociedade brasileira numa perspectiva interseccional. Partindo dos conceitos weberiano, busco elucidar como a dominação patriarcal, que confere poder ao sexo masculino, contribui para manutenção dos privilégios dos homens, reforçando um conjunto de forças coercitivas que limitam e restringem as ações das mulheres. Entretanto nem todas as mulheres sofrem com o mesmo grau de intensidade as dominações construídas socialmente, a raça e a classe são pontos importante a serem problematizados.

O artifício fundamental de uma ideologia racista é definir as pessoas negras como serviçais gerando um fenômeno da despersonalização. Tal fenômeno implica que mulheres negras não falem por si mesmas, seus corpos e suas vontades fiquem à disposição dos outros, consolidando relações de subordinação e limitando as perspectivas emancipatórias. Apresento a linguagem como forma de opressão quando discursos sexistas e racistas são utilizados para inferiorizar corpos não brancos masculinos, influenciando diretamente na constituição do pensamento, do raciocínio e da autoimagem das mulheres negras desde suas infâncias.

Quando se trata de ocupação no mercado de trabalho, as mulheres negras são o grupo majoritário nos trabalhos de menor prestígio social, ocupando posições mais baixas na estratificação social. Suas oportunidades de mobilidade social são reduzidas, sendo incluídas num circuito de precariedade quando se constata que a desigualdade vai para além dos aspectos econômicos.

Encerro o texto trazendo uma grande contribuição de militante e ativista Ana Júlia Cooper quando discuto sobre o direito a autorrepresentação como forma de combater o sexismo,

o racismo e o paternalismo, na tentativa de retirar mulheres afrodescendentes das diversas formas de opressão e dominação.

## 1. O CONCEITO DE DOMINAÇÃO WEBERIANO

O trabalho de Weber nos traz importantes contribuições quando analisa os fenômenos sociais, nos levando a refletir sobre o capitalismo enquanto um sistema econômico e cultural que orienta as ações dos indivíduos em suas condutas éticas e racionais. A sociologia weberiana propõe a compreensão dos sentidos subjetivos das ações dos indivíduos, problematizando e definindo conceitos como poder, dominação e obediência.

Segundo Weber (1971, p.211), o poder é definido como a “probabilidade de uma pessoa, ou um grupo de pessoas, de realizar a sua própria vontade numa ação comunitária, mesmo que outros apresentem resistências contra esta ação ou vontade”. A dominação está alicerçada na "probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) de um determinado grupo de pessoas" (WEBER, 1991, p. 139). A dominação só se sustenta enquanto houver uma obediência imediata, neste caso, obedecer representa desconsiderar a própria vontade, ou o valor da ordem dada, podendo refletir a aceitação da fraqueza de quem obedece ou reconhecimento da situação de desamparo.

Weber (1991), estabelece três tipos de dominação legítimas: de caráter racional, de caráter tradicional ou de caráter carismático. É importante esclarecer que não existe um tipo puro de dominação, nem há pretensão de que a realidade histórica possa ser encaixada nesse esquema conceitual dos três tipos de dominação. Nos interessa neste momento é lançar mão do conceito de dominação tradicional que está “baseada na crença cotidiana, na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que em virtude dessas tradições representam a autoridade” (WEBER, 1991, p.141).

Para exercer a dominação tradicional, o senhor não conta com um quadro administrativo ou burocrático para impor sua vontade sobre um grupo de pessoas sob sua tutela, por isso, o patriarcalismo primário, é a situação

[...] em que, dentro de uma associação (doméstica), muitas vezes primordialmente econômica e familiar, a dominação é exercida por um indivíduo determinado (normalmente) segundo regras fixas de sucessão. (...) neste caso a obediência é feita pela força da tradição, se constitui um direito pessoal do senhor, a dominação é efetiva no ambiente doméstico e fora dele só serve como bom exemplo e influência. (WEBER, 1991, p. 151).

Neste sentido, os conceitos weberianos nos ajudam a elucidar algumas formas de opressão vivenciadas por mulheres brasileiras há várias gerações. Apesar de avanços e conquistas das lutas de movimentos feministas, ainda vivemos numa sociedade marcada por sexismo, racismo e sob forte jugo de tradições patriarcais, na qual os homens possuem os privilégios de determinarem destinos e autorizar o grau de participação que as mulheres podem ter na vida pública.

A dominação masculina tem se sustentado no poder tradicionalmente conferido ao sexo biológico, o que permite que homens tenham suas vontades realizadas mesmo diante de resistências, pois a obediência impostas ao gênero feminino demonstra que mulheres vêm desconsiderando suas próprias vontades ou reconhecem sua situação de desamparo.

Para um indivíduo se manter em posição de dominação é preciso haver um mínimo de cumplicidade da parte dominada, isto não significa reduzir a um simples consenso ou culpabilizar a vítima pelo seu sofrimento. É preciso reconhecer que existe um complexo conjunto de forças coercitivas sociais que reduzem as condições de agência de uma mulher, que pode consentir em situação de sujeição por estar optando pelo menor dos males. Num país em que feminicídio aparece diariamente nas notícias de telejornais, sabe-se que em situações extremas, na qual a sobrevivência está ameaçada, o contexto de vulnerabilidade acaba por impor escolhas que não solucionam nem minoram as violências sofridas.

Assim, milhares de mulheres recebem a culpa por suas humilhações, quando não percebem que não lhes competem as responsabilidades pela degradação das suas condições sociais de vida. A falta de autonomia financeira, a dificuldade de manter a estabilidade no emprego geram dependência de outrem ou de programas de transferências de renda que não garantem provisão necessária ao sustento.

Viver diariamente em situação limite força uma categoria de gênero a se submeterem a todo tipo de humilhação e violência que retiram a dignidade e humanidade como seres humanos. É necessário romper com o ciclo de dominação tradicional que mantém uma “santidade das tradições vigentes desde sempre” e com o circuito de autoridade legitimada na subordinação de um grupo em detrimento do outro.

Mulheres são oprimidas e discriminadas não apenas em função de ordem biológica, mas há categorias como classe e raça que impõem condicionamentos sociais que objetificam as mulheres, tornando-as seres sem fala e com capacidade de ação limitada. É importante enfatizar que as mulheres não formam uma classe ou categoria homogênea. As condições de classe, o gênero, a faixa etária, a raça, a etnia, a região geográfica do país, a religião e tantos outros vieses, reproduzem hierarquias dentro de um mesmo grupo oprimido.

Desta forma, discuto a seguir que nem todas as mulheres vivenciam formas de discriminação com a mesma intensidade, por isso é preciso haver mais pesquisas que compreendam as interpretações individuais e coletivas das diversas matizes da reprodução das desigualdades, que provavelmente serão mais implícitas para umas e mais violentas para outras.

## **2. A “OUTSIDER”: A CONSTITUIÇÃO DE UMA IDENTIDADE A PARTIR DO OLHAR DO OUTRO**

Uma categoria de mulheres que historicamente sofre com bastante intensidade as diversas matizes da opressão são as mulheres negras. Tanto seu corpo como sua força de trabalho são objetificados com a finalidade de servidão, permanecendo em posições subalternas na estratificação social. Nos estudos que investigam a posição da mulher negra trabalhadora em contexto norte-americano, Davis (2016, p. 102) afirma que “a definição tautológica de pessoas negras como serviçais, é de fato, um dos artifícios essenciais da ideologia racista”.

Esta visão de mulher negra como serviçal tem gerado um fenômeno de despersonalização, ou seja, elas são vistas como seres incapazes de se autogovernarem, sem voz, sem ação consciente e que precisam de um responsável. Neste contexto, patrão ou patroa infantiliza suas vontades, fala do serviçal como se não estivesse presente, se tornam seres

invisíveis aos olhos de sujeitos dominantes. Não é um ato de “falar com”, mas de “falar para” mulher negra sobre as atitudes desejáveis e como devem dispor de seus corpos, como tendo autoridade para governar suas ações e vontades.

A despersonalização trata a diferença de raça, classe e gênero das mulheres negras com inferioridade, como pessoas sem história e de cultura inferior (arte, religião, tradições, linguagem). No que diz respeito a despersonalização das pessoas negras, a obra de Mattoso (2003) nos traz alguns apontamentos que permitem entender a gênese desse fenômeno quando trata das necessidades táticas de sobrevivência enquanto um ser humano cativo. A sobrevivência, segundo essa autora, dependia da “repersonalização” e uma certa aceitação de sua posição no corpo social, pois o fato de não falar a língua portuguesa colocava africanos e africanas em posição equivalente a uma criança que precisava ser educada diante de seu senhor, sendo assim a condição de escravo era de alguém dependente da família patriarcal.

Isto não significa que todos os homens e mulheres escravizados aceitaram passivamente sua posição subalternas, mas a ilusória esperança de ganhar a liberdade pela alforria só se tornava mais viável mediante o comportamento de docilidade e demonstração de dedicação ao senhor. Sendo assim, o sonho de ser livre de um escravo que estimasse sobreviver aos percalços de uma vida indigna fora alimentado pelo fato de “aprender a língua do senhor, rezar ao Deus cristão e saber executar um trabalho útil.” (MATTOSO, 2003, p. 112).

Essa estratégia de adaptação e sobrevivência em terras e culturas desconhecidas forçou a desvalorização das culturas e dos hábitos de vida dos homens e mulheres escravizados. Entretanto não é possível generalizar esse comportamento como sendo comum a todos os negros e negras, pois havia situações contextuais que diferenciavam os modos de ser e de agir de quem era negro de origem africana, crioulo (nascidos no Brasil) ou forro, pois um escravo do campo, das minas e dos sertões viviam em contextos distintos.

A impossibilidade de dominar a língua do senhor, ou a necessidade de aderir a linguagem do senhor (no caso dos crioulos), demonstra que os brancos falaram pelos negros e para os negros, contando sobre suas histórias e sobre seus aspectos subjetivos. A falta de registro escrito das tradições orais partindo da perspectiva dos negros e negras sobre a sua

situação de escravo inviabilizou que eles pudessem falar por si mesmo, principalmente mulheres, as quais que eram menos valorizadas que os homens.

Tal atitude se perpetua em algumas situações até os dias de hoje, pois a precedência da raça e do gênero sobre a competência individual faz com que os discursos e autoestima de uma mulher negra estejam constantemente sendo validados e julgados por alguém branco. A branquitude não deve ser percebida apenas como a cor da pele, mas como uma adoção de atitudes de dominação e de exercer poder em relações sociais hierarquizadas. Isto significa que a qualificação de uma pessoa negra em geral precisa ser validada por um sujeito branco independentemente de suas capacidades, demonstrando um predomínio de um paternalismo e de uma subordinação de alguém que tem o corpo socialmente desvalorizado.

Analisando a situação das desigualdades sociais e do racismo em contexto pós abolição norte-americana, Du Bois (2022, p. 73) constatou que "se um negro entra em algum ramo de atividade no qual as pessoas não estão acostumadas a vê-lo, ele sofre por suporem que não está apto para o trabalho". Este sentimento retratado pelo autor no século XIX, demonstra que em uma sociedade discriminatória espera-se que os negros e as negras estejam num lugar menos prestigiado. Segundo Du Bois, a violência da escravidão foi substituída pela violência do racismo, o que limita as perspectivas emancipatórias, pois uma pessoa negra tende a "enxergar a si pelos olhos dos outros" sendo impossível não ser assombrado pela autodepreciação (DU BOIS, 2021, p. 22, 28)

A perpetuação de uma cosmovisão segregadora e discriminatória ao longo dos séculos no Brasil estimula processos de naturalização das capacidades humanas atreladas a raça e gênero, colocando os seres humanos em espaços sociais ditos como adequados ao seu corpo biológico. No que diz respeito ao contexto das relações raciais norte-americano os estudos da autora feminista afirmam que mulheres negras têm permanecido como "outsiders" quando

O status de ser o "outro" em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Nesse modelo, homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição a esse eixo branco masculino. Como foi negada às mulheres negras a autoridade de desafiar essas definições, esse modelo consiste de imagens que definem as

mulheres negras como outro negativo, a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos. (COLLINS, 2016, p. 105).

A desigualdade analisada pelo viés de classe, raça e gênero oportuniza a não hierarquização dos modos de opressão, isto contribui grandemente pra elucidar as diferentes formas de discriminação que mulheres vêm sofrendo na atual sociedade. Esta categoria inscrita como interseccionalidade nos impulsiona a pensar a dominação de uma forma holística, incluindo religião, territórios, culturas, hábitos e também as formas simbólicas de dominação que vão afetar a constituição das identidades de mulheres com trajetórias marcadas pela discriminação racial.

## **2.1. A constituição da identidade negra a partir da fala do outro**

A linguagem entendida como uma forma de ser e estar no mundo, e conseqüentemente de atuar sobre ele, nos faz questionar como os discursos produzidos sobre as mulheres, em especial as negras, contribui para a reprodução material e simbólica da dominação. A língua aparece então como uma forma de opressão, pois as formas de raciocínio e retóricas dominantes naturalizam discursos sexistas e racistas buscando manter o status de indivíduos que estão no topo da hierarquia social, em situação de privilégio e de exploração do outro.

A linguagem para Vigotsky (2010), aparece como uma das formas principais de constituição da personalidade dos sujeitos e como meio de raciocínio, ele afirma que

[...] para nós próprios, as mensagens das palavras, tem grande importância em nosso raciocínio. Essa importância é tão grande que alguns pesquisadores, na verdade, de maneira incorreta, até identificaram os processos da fala com os processos do raciocínio. (...) Inicialmente, a fala para a criança consiste num meio de contato entre as pessoas, apresenta-se em sua função social, em seu papel social. Mas, pouco a pouco, a criança aprende a aplicar a fala para servir a si própria, aos seus processos internos. Logo, a fala já se torna não apenas um meio de contato com as pessoas, mas também um meio de raciocínio interior à própria criança. (...) enquanto um meio de raciocínio, a fala surgiu a partir de quê? Da fala enquanto um meio de contato. Da ação exterior que se dava entre a criança e as pessoas ao redor, surgia uma das mais importantes funções interiores, sem as quais o raciocínio da própria pessoa seria impossível. Esse exemplo

ilustra essa posição em geral, no que diz respeito à compreensão do meio como uma fonte de desenvolvimento. (VIGOTSKY, 2010, p. 669).

A língua não se restringe apenas a um código utilizado em regiões geográficas do globo, ela é parte da vivência dos grupos sociais e sendo um instrumento utilizado para inferiorizar os corpos não brancos e não masculinos precisa compor os critérios das análises sobre as desigualdades ao lado das categorias raça, classe e gênero. Desta forma, mulheres negras nascem, crescem e se desenvolvem sob o jugo de uma linguagem que costumeiramente as desqualificam, influenciando diretamente na sua autoimagem, nas construções de seus afetos, minando a sua autoconfiança, sabotando a convicção de sua capacidade de agência na participação política.

As diferenças na cor, no gênero e na classe submetem as mulheres aos parâmetros de corpos socialmente reconhecidos e valorizados, a saber do homem branco e heterossexual de camadas dominantes, o qual reproduz um comportamento hegemônico quando assumem a premissa de serem as normas gerais e universais.

Da despersonalização à objetificação das pessoas negras surgiu a premissa de que seus corpos são facilmente violáveis, contribuindo para a fetichização das mulheres negras no imaginário brasileiro que acabam por serem vistas naturalmente como sensuais ou lascivas. O enquadramento neste estereótipo ultra sexualizado, visto como um elogio à beleza negra, mascara a violência e o sexismo quando

[...] retira a humanidade das mulheres, pois deixamos de ser vistas com toda a complexidade do ser humano. Somos muitas vezes importunadas, tocadas, invadidas sem a nossa permissão. Muitas vezes temos nossos nomes ignorados, sendo chamadas de “nega”. São atitudes que parecem inofensivas, mas que para mulheres negras são recorrentes e violentas. (RIBEIRO, 2019, p. 85).

A valorização da sensualidade feminina não está sendo questionada, o problema consiste em dizer que a mulher negra somente tem valor quando é associado a sexualização e beleza. A categoria “mulata” incluída na função de objeto sexual é apreciada pela aparência física e suas qualidades eróticas são exaltadas, o que não restaura a dignidade de pessoa

inferiorizada. Isto na verdade a desumaniza, pois é afirmar que ela não pode ocupar nenhum outro lugar a não ser de objeto de satisfação sexual.

Consequentemente, quando não se enquadra no padrão estético, a mulher negra é sistematicamente preterida, revelando que o racismo afeta a dimensão afetiva e sexual ao ficar à margem das escolhas afetivas de parceiros. O papel e o lugar ocupado pela mulher negra são passivos de diferentes processos de rejeição/integração, pois é

[...] um corpo que trabalha e é super explorado economicamente, ela é a faxineira, arrumadeira e cozinheira, a “mula de carga” de seus empregadores brancos; como um corpo que fornece prazer e é super explorado sexualmente, ela é a mulata do Carnaval, cuja sensualidade recai na categoria do “erótico-exótico” (GONZALES, 2020, p. 170).

Na temática de gênero percebe-se que a dimensão racial estipula privilégios, hierarquias e desvantagens entre as mulheres, isto é perceptível no mercado de trabalho, “no qual mulheres negras são preteridas (no acesso, em promoções e na ocupação de bons cargos) em função do eufemismo de boa aparência, cujo significado prático é: preferem as brancas” (CARNEIRO, 2011, p. 121).

Esses discursos hegemônicos aceitam como natural as desigualdades entre os indivíduos e consequentemente conduzem a elaboração de inúmeras políticas públicas que se orientam pela hierarquização da diferença, a partir da sua negação. As políticas que adotam as hierarquias sociais a partir de critérios biológicos aceitam que um ser humano tenha mais valor que o outro a partir de suas idiossincrasias, cristalizando as posições sociais a partir de características biológicas dos sujeitos.

Os elementos simbólicos, a linguagem, a cultura e a economia entendidos como aspectos da vida social, são formas de dominação que não podem ter sua importância desconsideradas ou reduzidas, pois condicionam as formas de compreender o mundo e de fazer políticas, colocando mulheres negras em ocupações subalternas e condicionando as possibilidades de mobilidade social, como será discutido a seguir.

### 3. SE É NEGRA, É SERVIÇAL? O ESTIGMA DA OCUPAÇÃO SUBALTERNA DA MULHER AFRODESCENDENTE

Martineau (1838), em um estudo sobre o trabalho no ambiente doméstico constata que os serviços domésticos são vistos como uma mistura de contrato de trabalho e escravidão são tomados como “oportunidade para refletir sobre a interação entre diferentes formas de desigualdade” (TOSTES, 2021, p. 34), revelando as relações de poder entre patroa e empregada, bem como a da mulher e do marido, o qual fica isento no envolvimento nas atividades domésticas.

Para essa autora a sociedade moderna americana do século XIX possuía graves anomalias quando reservava às mulheres posição inferior e violavam valores morais básicos de igualdade e cidadania universais. No que diz respeito aos trabalhos domésticos realizados predominantemente por mulheres, é possível perceber que a objetificação do corpo feminino era uma questão importante a ser problematizada nas relações sociais, sendo assim

265

A peculiaridade da vida de quem presta serviço doméstico é a sua sujeição à vontade do outro (...) um criado ingressa em uma família precisamente com o propósito de realizar os desejos do empregador, e o primeiro requisito é obediência às ordens [...] O quão problemático e fundamentalmente perverso é esse arranjo fica evidente quando consideramos a dificuldade de estabelecer até que ponto a obediência ao desejo do outro deve chegar. (TOSTE, 2021, p. 35).

O coletivo de mulheres negras, trabalhadoras subalternas, responsáveis pelos afazeres domésticos, ao assumirem duplas jornadas de trabalho permanecem no anonimato da força de trabalho, reproduzindo as desigualdades ao serem responsáveis individuais por uma grande carga diária de trabalho invisível.

Servindo de cabedal há mais de cinco séculos, mulheres negras são fonte de enriquecimento de pessoas brancas de ambos os sexos quando possuem seu trabalho apropriado diariamente por baixos salários ou até mesmo gratuitamente dentro do seu ambiente familiar. Sendo exploradas diariamente, mulheres negras ficam restritas ao trabalho reprodutivo, tendo

uma sobrecarga de trabalho desvalorizado, contudo essencial a manutenção da ordem econômica.

Com duplas jornadas, muitas negras não têm condições de recuperar suas energias ou exercer suas criatividade, permanecendo a relação de objetificação, de coisificação dos seus corpos enquanto mercadoria importante para a obtenção de lucro de grupos dominantes numa economia capitalista. É possível constatar que

Sendo as mulheres negras e pobres o grupo majoritário no trabalho do cuidado, conclui-se que a permanência dos papéis de gênero, aliada à raça e classe social, acentuam as desigualdades sociais, reproduzindo assim um ciclo de pobreza e vulnerabilidade pessoal e familiar desse grupo de mulheres. (DOMINGOS, 2022 p. 189).

No que se refere a dupla jornada de trabalho das mulheres negras em situação de pobreza, quando há possibilidade de delegar as suas demandas de afazeres doméstico a outra pessoa, isto será feito através de elos de solidariedade no seu grupo parental. Geralmente uma cunhada, uma tia, uma prima ou uma avó, todas em situação econômica igual ou socialmente mais precária, serão solicitadas para dar apoio às tarefas de cuidado no cotidiano, reproduzindo assim exploração do trabalho gratuito da mulher em situação de vulnerabilidade social.

O princípio democrático de igualdade de oportunidades e de acesso aos direitos básicos de bem-estar social é contrariado quando uma mulher precisa penalizar outras mulheres para poder se manter no mercado de trabalho. Os marcadores sociais das diferenças e as trajetórias discriminatórias impostas a cor/ raça negra no Brasil posiciona as mulheres pretas e pardas entre os grupos dos extremamente pobres ocupando papel fundamental no que diz respeito a reprodução do ciclo de pobreza e vulnerabilidade familiar.

A valorização de um único modelo de sujeito, a negação da subjetividade dos corpos negros femininos na atualidade tem relações históricas com o que ocorreu no contexto brasileiro desde a colonização. Mas a perpetuação da vulnerabilidade de mulheres negras não se restringe somente ao contexto histórico, é preciso considerar a estrutura de mobilidade, os processos de estratificação social que distribuem de forma desigual as oportunidades de trabalho, as

recompensas simbólicas de status na sociedade brasileira, que penalizam um grupo e privilegiam outro.

Em termos simples, os capitalistas brancos beneficiam-se diretamente da (super) exploração dos negros, ao passo que os outros brancos obtêm benefícios mais indiretos. A maioria dos brancos aproveita-se do racismo e da opressão racial, porque lhe dá uma vantagem competitiva, vis-à-vis a população negra, no preenchimento das posições da estrutura de classes que comportam as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas, formulado mais amplamente, os brancos aproveitaram-se e continuam a se aproveitar de melhores possibilidades de mobilidade social e de acesso diferencial a posições mais elevadas nas várias dimensões da estratificação social. (HASENBALG, 2005, p. 122).

Na sociedade brasileira pode-se constatar a existência de elementos que estruturam o racismo e acabam por constituírem os imaginários coletivos populares sobre o papel da mulher negra. Boas (2006, p. 85) afirma que "embora as razões biológicas aduzidas possam não ser relevantes, a estratificação da sociedade em grupos sociais de caráter racial irá sempre levar a discriminação da raça."

A grande cilada dos discursos políticos que preconizam a igualdade oportunidade garantida pelo mérito, que geram promessas de uma vida melhor a partir do esforço individual é não considerar as desigualdades sociais que estruturam a sociedade brasileira. Contem-se os impulsos revolucionários e de insubordinação dessa ordem injusta quando se atribui aos próprios sujeitos a responsabilidade pela sua pobreza e pelo seu insucesso profissional.

A mobilidade social entendida como possibilidade de romper com a transmissão de geração em geração das desigualdades de oportunidades e de acesso a bens materiais e culturais precisa ser levada em consideração neste debate. É preciso a criação de rotas, fluxos de mudanças e aberturas viáveis no sistema de distribuição de oportunidades para as pessoas em situação vulnerável, tenham verdadeiramente oportunidade, pois as camadas privilegiadas operam sistematicamente com a mobilidade intergeracional, na qual a posição hierarquizada de uma ocupação é passada de pai para filho.

Desta forma, observa-se que as chances de ascensão social no Brasil não são democráticas, visto que não basta ter um regime democrático para haver igualdade de

oportunidades. As desigualdades não estão restritas aos aspectos econômicos, ela vai para além de dimensões monetárias (ARRETCHE, 2018), o acesso a serviços necessários como educação, saúde, proteção do emprego, aposentadoria, moradia, consumo, lazer, compõem uma infinidade de dimensões que inserem os sujeitos em circuitos de precariedade.

Um ponto importante para se compreender as formas injustas de distribuição de oportunidades está ligada ao racismo estrutural da sociedade brasileira, ao destinar aos brancos os espaços de poder como um privilégio naturalmente herdado. Essa posição social de privilégio vem marcada pela violência, mesmo que uma pessoa branca não se considere racista ou violenta, pois se trata de uma prática criada para perpetuar as desigualdades, uma estrutura que fundamenta as relações sociais.

A filósofa e escritora Djamila Ribeiro explicita de forma clara como essas relações se consolidam no cotidiano de mulheres negras, quando no imaginário popular ela está destinada a ocupar um lugar específico nas relações econômicas

[...] já fui “confundida” com copeira, faxineira ou, no caso de hotéis de luxo, prostituta. Obviamente não estou questionando a dignidade dessas profissões, mas o porquê de pessoas negras se verem reduzidas a determinados estereótipos, em vez de serem reconhecidas como seres humanos em toda a sua complexidade e com suas contradições. (RIBEIRO, 2019, p. 26).

Na década de 1980 a estudiosa Lélia Gonzales já trazia ao debate acadêmico as questões para um feminismo negro, reconhecendo que as condições de exploração de mulheres negras se perpetuavam articulado com a sua condição biológica e racial. Gonzales (2020), afirma que

É importante insistir que, no quadro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual. Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque esse sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo: dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afro-latino-americano. (GONZALES, 2020 p. 49).

É preciso pesquisas que escutem mulheres marcadas pelas imposições discriminatórias de raça, cor e sexo, com o objetivo de explicitar como os fatores sociais, culturais, econômicos ou simbólicos têm se constituído como elementos da perpetuação da atuação social atrelado ao trabalho invisível e subalterno. Entretanto, para além de ser objeto de investigação, mulheres afrodescendentes precisam de agência política e falarem por si mesmas e sobre suas demandas, a fim de encontrar meios de superação de sua posição inferior nas dinâmicas sociais. A seguir será discutido como a militância política pode ser um caminho para alcançar justiça social e oportunidades democráticas mediante o direito à autorrepresentação.

#### 4. SOBRE O DIREITO À AUTORREPRESENTAÇÃO

Não se pode falar em igualdade de oportunidades, em sociedade justa e democrática enquanto milhares de mulheres estão privadas de exercer seus potenciais criativos, amarradas a obrigação de realizar todos os afazeres domésticos sozinhas e sendo privadas de participação política. Du Bois (2021, p. 28) já denunciava o pensamento que pode pairar sobre a mente de quem está constantemente subjugado e acometido de autodepreciação: “para que precisamos de educação se nossa obrigação se resume a cozinhar e servir?”

Trazendo esse pensamento para atualidade pode-se deduzir que muitas mulheres em situação de sobrecarga de trabalho podem refletir: “Pra que precisamos de participação política se nossa obrigação se resume a cozinhar e servir? A educadora, ativista e militante política estadunidense Anna Júlia Cooper (1858-1964) que lutou contra o racismo e sexismo, que defendeu os direitos das pessoas negras, afirmava que mulheres negras são excluídas duas vezes: da ideia de cidadania e da noção de ser humano.

Cooper alertava sobre a necessidade de autorrepresentação quando insistia na importância da participação das mulheres negras em movimentos políticos que mobilizavam o gênero e a raça, sendo assim,

[...] ela rechaça a noção de que um homem (...) possa ser legítimo representante da totalidade das pessoas negras: Cooper chama atenção para a família e a comunidade, lembra-se das mulheres negras – sobretudo a massa

de mulheres negras pobres do Sul – e critica os homens negros que pensam que sua ascensão individual é o suficiente para elevar todo grupo. (TOSTES, 2021, p. 59)

Para esta autora nem um homem branco e muito menos uma mulher branca seriam capazes de “reproduzir de forma plena e adequada a exata Voz da Mulher Negra” (Tostes, 2021, p. 57). Somente uma negra teria a sensibilidade para relatar suas vivências, suas experiências de dor, de tormento e de toda opressão que recai sobre seus ombros. Isto significa que as demandas políticas destas mulheres precisam ser ouvidas a partir de suas vozes, óticas e perspectivas, pois do contrário pode-se recair num sexismo ou num paternalismo que retira dos sujeitos suas capacidades de decisão, reflexão e ação.

Cooper em sua obra intitulada “*A voice from de South: by a Black Woman from the South*”, indicava que as mulheres negras eram capazes de “iluminar problemas de importância nacional, que o seu envolvimento poderia melhorar o gerenciamento do sistema educacional, ou aprimorar as instituições públicas” (TOSTES, 2021 p. 61). Isto significa que uma mulher negra é tão capaz como qualquer outro ser humano, tendo potencial para desenvolver um trabalho político com a mesma qualidade que homens ou mulheres brancas, sendo um desperdício das suas capacidades intelectuais confiná-las aos domínios do ambiente privado ou da servidão.

Os trabalhos que envolvem o cuidado, arrumação, limpeza não são menos importantes, mas sabe-se que eles são caracterizados economicamente por serem postos de trabalho vulneráveis no mercado com inúmeras trabalhadoras autônomas ou informais, apresentando rendimento abaixo da média nacional. Como possuem pouca visibilidade social, estas ocupações gozam de menos prestígio, apesar de serem essenciais para reprodução da vida social. Não está em questão a dignidade do trabalho doméstico, nem dos trabalhos do cuidado que são invisíveis para quem não os realiza, porém é preciso reconhecer que há um problema para democracia quando milhares de mulheres negras estão destinadas ao servilismo.

Sendo sobrecarregadas com os trabalhos do “*care*” é pouco provável que o coletivo de mulheres afrodescendentes consiga formar irmandades, participar de grupos ativistas para a conquista de direitos ou entrar na arena pública como profissionais políticas atuantes e

militante. Sueli Carneiro (2011), constata que o matriarcado da miséria caracteriza as condições sociais da vida das mulheres negras quando

a conjugação do racismo com o sexismo (...) produz uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor em cinco anos, em relação às mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração. (CARNEIRO, 2011, p. 128).

A persistência de práticas discriminatórias condiciona mulheres à pobreza e a marginalização social, sendo necessária a formulação de modos de superação das diversas exclusões. A instrução intelectual pela educação formal e a conscientização das mulheres negras das múltiplas formas de opressão que vêm sofrendo ao longo dos séculos pode contribuir para o surgimento de militantes que lutem pela justiça social e o direito à participação política.

Num discurso proferido num congresso, a ativista Anna Júlia Cooper afirmava que a causa da mulher só terá sido vencida “quando raça, cor, sexo e condição forem vistos como circunstâncias fortuitas e não substâncias da vida; e quando o direito universal à vida, à liberdade e à busca por felicidade seja visto como inalienável para todos” (COOPER, 1894, *apud* TOSTES, 2021, p. 78).

A luta contra a desigualdade, a busca por melhores conquistas, a elevação para postos de trabalhos de maior prestígio social só se tornará realidade quando mulheres negras tiverem suas vozes ouvidas, seus direitos como pessoa forem respeitados e a equidade se tornar um valor fundamental para a democracia. O direito à autorrepresentação é essencial para retirar mulheres negras da condição de servilismo, de objetificação e das múltiplas formas de opressão e dominação.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio buscou elucidar a necessidade de maior militância pelos direitos das mulheres negras e pelo direito à autorrepresentação quando explicita que as relações sociais

estão marcadas pelo racismo, pelo sexismo e pelas múltiplas formas de dominação. A despersonalização, a objetificação de pessoas negras desumanizam e ferem a dignidade como ser humano, tratando a diferença como negação da alteridade. A partir dessa ótica é necessária a superação de políticas públicas e das práticas sociais fundamentadas em critérios biológicos e hierárquicos entre os cidadãos e cidadãs, superando as formas desiguais que são distribuídas as oportunidades de trabalho e da estruturação da mobilidade social.

## REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, Marta. **Democracia e Redução da Desigualdade Econômica no Brasil: A Inclusão dos Outsiders**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 33(96): p. 1–23. 2018
- BOAS, Franz. [1931]. “**Raça e Progresso**”. In: Castro, C. (org.), Franz Boas: Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Zahar. 2006.
- CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. Selo Negro, São Paulo, 2011.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Aprendendo com a *outsider within***: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1, Janeiro/Abril 2016.
- COOPER, Anna Julia. A Voice from the South: by a Black Woman from the South. Oxford Universit Press, 1998. In: TOSTES, Verônica. **Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX**. Verônica Tostes, Bila Sorj. - 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOMINGOS, Suzane C. A posição desvantajosa de mulheres negras. **Revista Contraponto**. Dossiê Das Margens para o Centro. v. 8, n. 3, p. 173-190, janeiro de 2022.
- DU BOIS, W. E. B. (1868-1963) **As almas do povo negro** / W. E. B. Du Bois. Tradução de Alexandre Boide. Ilustração de Luciano Feijão. Prefácio de Silvio Luiz de Almeida. – São Paulo: Veneta, 2021.

DU BOIS, W. E. B. (1899) **Preconceito de cor**. In: Além do cânone: Para ampliar e diversificar as ciências sociais. Celso Castro, Rio de Janeiro, FGV editora, 2022.

GONZALES, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais** / organização e apresentação Heloisa Buarque de Hollanda. autoras Adriana Varejão - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HASENBALG, Carlos Alfredo. (1979) **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal. 2005.

MARTINEAU, Harriet. Domestic Service. London and Westminster. Londres, 29 de julho de 1838, pp 405 – 32. In: TOSTES, Verônica. **Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX**. Verônica Tostes, Bila Sorj. - 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021

MATTOSO, Katia M. de Queiroz. **Ser escravo no Brasil**. Tradução: James Amado. São Paulo, Brasiliense, 2003.

273

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual antirracista**. 1ª ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

VIGOTSKY, Lev Semionovich. **Quarta Aula: A Questão Do Meio Na Pedologia**. Psicologia USP, Tradução de Márcia Pileggi Vinha. São Paulo, 2010, 21(4), 681-701.

WEBER, Max. Fundamentos da sociologia compreensiva. **Economia e sociedade**, v. 1. Brasília: Editora UnB, 1991. [1922]

WEBER, Max. Classe, estamentos e partidos. In: GERTH, H.H.; WRIGHT MILLS, C. In: Max Weber - **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971.

---

Submetido: 28/11/2022

Aprovado: 23/09/2023